

REFORMA AGRÁRIA COMO NECESSIDADE BÁSICA PARA A CIDADANIA NO CAMPO

Newton Narciso Gomes Junior¹

Resumo: O campo no Brasil alberga ainda hoje, não obstante os recuos observados nos níveis de pobreza da última década, um expressivo universo de indivíduos expostos a uma condição de vida precária. Na raiz do problema permanece como fator determinante, a concentração da terra sob o controle de poucos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, os estabelecimentos rurais abrigados sob o conceito de agricultura familiar somam 4,3 milhões de unidades e representam 84,4% do número total de equipamentos rurais do país com área média ocupada em torno de 18,37ha. O mesmo Censo revela que dos 4,3 milhões de estabelecimentos classificados como agricultura familiar, 3,2 milhões deles ocupam 87,7% da área agrícola total desse setor (80,25mi ha), 170 mil representam assentados sem titulação definitiva e 691 mil estabelecimentos representam espaços temporários e precários onde se albergam parceiros e similares controlado cada um, área média de 5,59 ha. Nesse ensaio, nosso objetivo é a partir de dados e informações sobre a situação da agricultura familiar brasileira, destacarmos e definirmos o que chamamos de agricultores de subsistência explicitarmos a condição de vulnerabilidade econômica e social em que vivem. Tendo como cenário esse quadro de precariedades, introduzimos um debate sobre necessidades humanas básicas a partir das leituras que delas fazem Doyal&Gough (1991), Pereira (2000) Pison (1998) dentre outros, para, então, apresentarmos a reforma agrária como um “satisfator” essencial para a realização da cidadania no campo, definida aqui como uma situação na qual todos os indivíduos possam exercer plenamente suas capacidades de agência dirigidas pela autonomia crítica, tendo como objetivo conquistar o controle de suas próprias vidas.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, Agricultura de Subsistência, Necessidades Humanas Básicas.

¹ Programa de Pós Graduação em Política Social UnB.